

Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Governo

Ofício Externo nº 662/2018 - NAF

Araucária, 21 de setembro de 2018.

Ao Senhor
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária
Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 - Jd Petrópolis - Faz. Velha
Araucária-Pr

Assunto: **Resposta ao Requerimento nº 145/2018 - Vereadora Lúcia de Lima**

Senhor Presidente,

Em resposta ao Requerimento Nº 145/2018, de iniciativa da Vereadora Lúcia de Lima, encaminhamos o Ofício nº 941/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


GENILDO PEREIRA CARVALHO
Secretário Municipal de Governo

PROTOCOLO Nº 5545/2018
EM: 24 / 09 / 2018
FUNCIONÁRIO: Gabrieli C



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Assistência Social

Ofício Interno nº 941/2018 - SMAS - sil

Araucária, 20 de setembro de 2018.

Ao Senhor
GENILDO PEREIRA CARVALHO
Secretário Municipal de Governo
Secretaria Municipal de Governo
Araucária/PR

Assunto: Resposta Requerimento 145/2018 - Vereadora Lúcia de Lima

Em resposta ao Requerimento nº 145/2018 da vereadora Lúcia de Lima, informamos que o Processo nº 8676/2018 encontra-se no CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual está adequando e esclarecendo alguns itens da proposta que se fizeram necessários, após análise da PGM do Município, na minuta da Lei nº 3.073/2016.

Informações com Elisangela - ramal 1786.

Atenciosamente

CRISTIANE INEZ DEHAINI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

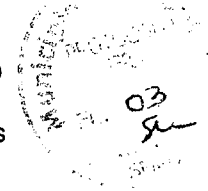
*Recbi em
21/09/18
Raquel Coser*

41 3614-1408

Travessa Frederico Basso, 37 - CEP 83702-590 - Centro - Araucária / PR



CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Criança e Adolescente: Prioridade absoluta na Garantia de seus Direitos



Ofício nº 27/2018

Araucária, 25 de abril de 2018.

Prezada Senhora

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, vem por meio deste solicitar alteração da Lei 3073/2016 que estabelece as diretrizes deste Conselho, em seus artigos 7º e 8º.


Justificamos tal solicitação embasados na orientação do Escritório Regional de Curitiba e na **RESOLUÇÃO Nº 105 DE 15 DE JUNHO DE 2005** do CONANDA que Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências: em seu art.8º §2º. *“A representação da sociedade civil nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente ao processo de escolha;”*

Sendo assim solicitamos com maior brevidade o encaminhamento destas alterações que foram aprovadas em plenária de 10/04/2018 pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Segue anexo, Minuta da Lei e Resolução nº 20/2018 do CMDCA com as citadas alterações.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.


KARLLA BEATRIZ WIEZER
Vice - Presidente do CMDCA

Ilustríssima Senhora
Cristiane Inêz Martins Dehaini
Secretária Municipal de Assistência Social

RECEBIDO
EM: 22/05/18
ASS: 
16.14



CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Criança e Adolescente: Prioridade absoluta na Garantia de seus Direitos

MINUTA DA LEI 3073/2016

alterar o texto da lei para que a representação não seja por pares, mas sim por indicação do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 14 (quatorze) membros, sendo 7 (sete) destes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e 7 (sete) representantes da sociedade civil organizada de entidades de atendimento ou organizações representativas com atuação no Município de Araucária, eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, em assembleia especialmente convocada para este fim, observados a paridade, as diretrizes e outros princípios da política de atendimento, expostos nesta Lei e na Lei Federal nº 8.069/1990. – caput art. 6º da Lei

§ 1º O membro do CMDCA Araucária representante de órgão do Poder Executivo Municipal poderá, de forma justificada, ser substituído a qualquer tempo, através da mesma forma de indicação. = § 1º art. 7º da Lei

§ 2º Em havendo substituição, nos termos do parágrafo anterior, o substituto assumirá tão somente o prazo residual de mandato do membro substituído. = § 2º art. 7º da Lei

§ 3º Entidades de atendimento são aquelas que promovem a atenção direta à criança e ao adolescente. NOVO

§ 4º Organizações representativas são as de classe, conselhos e ordem de categorias profissionais e associações. NOVO

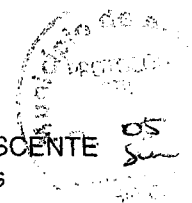
§ 5º Para efeito de substituição, em caso de vacância de qualquer dos assentos no CMDCA, o resultado do pleito, referido no caput, será registrado em ata, de modo a constar, por ordem de votação, o nome de todas as organizações concorrentes. NOVO + art. 6º

§ 6º Perderá o mandato o conselheiro que: = § 3º art. 7º

- a) se ausentar injustificadamente em 03 (três) sessões consecutivas ou em 05 (cinco) alternadas, no mesmo mandato;
- b) for condenado por sentença transitada em julgado ou mantida/determinada pelo Tribunal de Justiça em acórdão que julga recurso de apelação pela prática de delito (crime ou contravenção penal) ou ato que comprometa a sua idoneidade moral.
- c) for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o artigo 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 197, da Lei nº 8.069/90, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos



CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Criança e Adolescente: Prioridade absoluta na Garantia de seus Direitos



termos dos artigos 191 e 193, do mesmo diploma legal;

d) for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no artigo 4º, da Lei nº 8.429/92.

§ 4º ¹A cassação do mandato, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do CMDCA Araucária. = § 4º do art 7º

Art. 8º. As entidades da sociedade civil organizada de atendimento ou organizações representativas interessadas em pleitear assento no CMDCA deverão atender os seguintes requisitos: X

I - estar legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;

II- atuar na base territorial de Araucária; X

III - estar devidamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."

PAMELA CRISTINE BARBOSA CAMARGO
Presidente do CMDCA



RESOLUÇÃO Nº 20/2018

Súmula: Dispõe sobre aprovação de alteração da Lei 3073/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Araucária, no uso de suas atribuições, conforme Lei Municipal Nº 3073/2016, em reunião plenária ordinária de 10/04/2018, e

Considerando a Resolução nº 105 de 15 de junho de 2005, do CONANDA;

RESOLVE

Art.1º. Aprovar as seguintes alterações, onde se lê:

"Art. 7º. Os representantes do Poder Executivo Municipal serão servidores públicos municipais, preferencialmente com atuação ou formação na área de atendimento à criança e ao adolescente, indicados pelos titulares dos órgãos administrativos representados abaixo, ou sucedâneos destes, da seguinte forma:

- I. 01(um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão;*
- II. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Educação;*
- III. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;*
- IV. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Planejamento;*
- V. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Finanças;*
- VI. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;*
- VII. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Secretaria Municipal de Saúde;*
- VIII. 01 (um) representante titular, e seu suplente, da Procuradoria Geral do Município."*

§ 1º. O membro do CMDCA Araucária representante de órgão do Poder Executivo Municipal poderá, de forma justificada, ser substituído a qualquer tempo, através da mesma forma de indicação.

§ 2º. Em havendo substituição, nos termos do parágrafo anterior, o substituto assumirá tão somente para o prazo residual de mandato do membro substituído.

§ 3º. Perderá o mandato o conselheiro que:

- a) se ausentar injustificadamente em 03 (três) sessões consecutivas ou em 05 (cinco) alternadas, no*



CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Criança e Adolescente: Prioridade absoluta na Garantia de seus Direitos

mesmo mandato;

b) for condenado por sentença transitada em julgado ou mantida/determinada pelo Tribunal de Justiça em acórdão que julga recurso de apelação pela prática de delito (crime ou contravenção penal) ou ato que comprometa a sua idoneidade moral.

c) for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o artigo 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 197, da Lei nº 8.069/90, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos artigos 191 e 193, do mesmo diploma legal;

d) for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no artigo 4º, da Lei nº 8.429/92.

§ 4º. A cassação do mandato, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do CMDCA Araucária.

Art. 8º. Os representantes de organizações não governamentais no CMDCA Araucária serão eleitos em Assembleia convocada exclusiva e especificamente para este fim, sendo:

I. 04 (quatro) representantes titulares e seus suplentes, de entidades de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Araucária, inscritas no CMDCA Araucária;

II. 01 (um) representante titular e seu suplente, de APPF, APMF ou Conselho Escolar de escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Araucária;

III. 01 (um) representante titular e seu suplente, de entidade de defesa de direitos de estudantes, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Araucária, com idade entre 16 (dezesseis) e 21 (vinte e um) anos;

IV. 01 (um) representante titular e seu suplente, de Associação de Moradores do Município de Araucária.

V. 01 (um) representante titular e seu suplente, da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Araucária.

§ 1º. Serão eleitos os candidatos mais votados dentre os representantes das entidades descritas nos incisos I, II, III e IV deste artigo, respeitadas as quantidades de representantes de cada segmento não governamental.

§ 2º. Na hipótese de impedimento, desistência ou dissolução da entidade representada, assumirá o representante mais votado da entidade subsequente do mesmo segmento representado, nos termos dos incisos I, II e III deste artigo."

LEIA-SE:

Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto



CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Criança e Adolescente: Prioridade absoluta na Garantia de seus Direitos

por 14 (quatorze) membros, sendo 7 (sete) destes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e 7 (sete) representantes da sociedade civil organizada de entidades de atendimento ou organizações representativas com atuação no Município de Araucária, eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, em assembleia especialmente convocada para este fim, observados a paridade, as diretrizes e outros princípios da política de atendimento, expostos nesta Lei e na Lei Federal nº 8.069/1990.

§ 1º O membro do CMDCA Araucária representante de órgão do Poder Executivo Municipal poderá, de forma justificada, ser substituído a qualquer tempo, através da mesma forma de indicação.

§ 2º Em havendo substituição, nos termos do parágrafo anterior, o substituto assumirá tão somente o prazo residual de mandato do membro substituído.

§ 3º Entidades de atendimento são aquelas que promovem a atenção direta à criança e ao adolescente.

§ 4º Organizações representativas são as de classe, conselhos e ordem de categorias profissionais e associações.

§ 5º Para efeito de substituição, em caso de vacância de qualquer dos assentos no CMDCA, o resultado do pleito, referido no caput, será registrado em ata, de modo a constar, por ordem de votação, o nome de todas as organizações concorrentes.

§ 6º Perderá o mandato o conselheiro que:

- a) se ausentar injustificadamente em 03 (três) sessões consecutivas ou em 05 (cinco) alternadas, no mesmo mandato;
- b) for condenado por sentença transitada em julgado ou mantida/determinada pelo Tribunal de Justiça em acórdão que julga recurso de apelação pela prática de delito (crime ou contravenção penal) ou ato que comprometa a sua idoneidade moral.
- c) for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o



artigo 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 197, da Lei nº 8.069/90, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos artigos 191 e 193, do mesmo diploma legal;

d) for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no artigo 4º, da Lei nº 8.429/92.

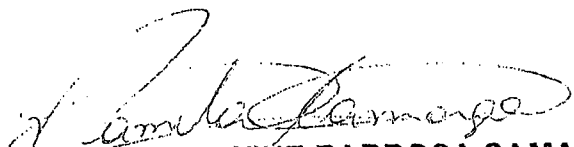
§ 4º. A cassação do mandato, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do CMDCA Araucária:

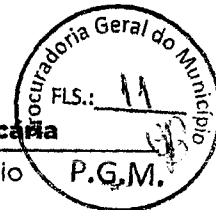
Art. 8º. As entidades da sociedade civil organizada de atendimento ou organizações representativas interessadas em pleitear assento no CMDCA deverão atender os seguintes requisitos:

- I - estar legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;
- II - atuar na base territorial de Araucária;
- III - estar devidamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Araucária, 23 de abril de 2018.


PAMELA CRISTINE BARBOSA CAMARGO
Presidente do CMDCA



PROCESSO nº 8676/2018

Na PGM/NAJ:

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, encaminha o ofício 515/2018 referente a análise da alteração da Lei Municipal nº 3073/2016 que estabelece as diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

À fl. 03 consta o ofício 27/2018 do CMDCA solicitando a alteração da Lei, com a seguinte justificativa:

Justificamos tal solicitação embasados na orientação do Escritório Regional de Curitiba e na RESOLUÇÃO Nº 105 DE 15 DE JUNHO DE 2005 do CONANDA que Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências: em seu art. 8º §2º. "A representação da sociedade civil nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente ao processo de escolha;"

Afirma ainda, que as alterações foram aprovadas em plenária de 10/04/2018 pelo CMDCA, juntando às fls. 04/05 a Minuta do Projeto de Lei e às fls. 06/09 a Resolução nº 20/2018.

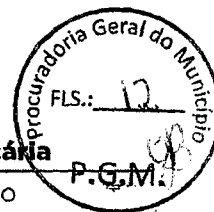
O Conselho justifica a alteração legal, ora proposta, na orientação do Escritório Regional de Curitiba e na Resolução nº 105 de 15 de junho de 2005 do CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Verifica-se a necessidade de adequar e esclarecer alguns itens da proposta:

I – Deve constar após o título do Projeto de Lei a ementa que será o resumo do objeto da norma, conforme exemplo a seguir: *"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.073, de 26 de dezembro de 2016, conforme especifica"*.

II - Consta na minuta que serão alterados os artigos 7º e 8º, todavia o texto indicado como sendo do art. 7º, na realidade tem relação com o *caput* do art. 6º da Lei. Ainda, para cada item da Lei que se pretende excluir, a CMDCA deverá informar expressamente a revogação na minuta do Projeto de Lei e justificar esta revogação em documento anexo para análise.

III - Os dispositivos a serem alterados devem ter relação com a redação original da Lei. Assim, como o objeto é alterar o número de membros, o artigo a ser alterado é o 6º e não o 7º como consta na minuta, devendo, salvo melhor juízo, serem mantidos os parágrafos originais do art. 6º da Lei, acrescentando os parágrafos 4º e 5º da minuta, visto que estão trazendo novos conceitos (entidades de atendimento e



organizações representativas). Ainda, os parágrafos 1º, 2º, 6º e 7º devem ser excluídos, pois já constam no art. 7º da Lei. Já o § 5º se assemelha ao conteúdo do art. 62 da Lei, devendo ser analisada a necessidade de sua manutenção.

IV - O artigo 7º da Lei versa sobre a representação do Poder Executivo Municipal, que não está dentre o objeto da alteração proposta, e em uma análise preliminar verifica-se que a Resolução do CONANDA não veda a representação previamente estabelecida neste caso, sugerindo-se sua manutenção.

V - Não consta na nova redação do art. 8º (representação da sociedade civil) como será o processo de escolha destes membros (eleição).


Solicita-se ainda o encaminhamento dos seguintes documentos:

- Ata da reunião em que as alterações foram aprovadas;
- Documentos que demonstrem a orientação do CONANDA, que motivou a proposta de alteração da norma; e
- Justificativa para a alteração do número de membros do Conselho.

Encaminhe-se à SMAS para que solicite ao CMDCA os documentos mencionados neste Despacho, bem como para que o Conselho providencie os esclarecimentos, alterações e correções na Minuta do Projeto de Lei para Alteração da Lei Municipal nº 3073/2016, para que esta PGM/NAJ possa emitir parecer jurídico acerca da proposta.

Ressalta-se que após realizada nova redação da proposta de Projeto de Lei o CMDCA deverá aprovar a nova redação, anexando a este Processo a ata da reunião, com todas as assinaturas dos participantes.

04/09/2018


Simon Gustavo Caldas de Quadros
OAB/PR 23.423
Procurador-Geral do Município